

MICROCRÉDITO E ECONOMIA SOLIDÁRIA: UMA ANÁLISE FRENTE A IMPORTÂNCIA PARA OS MICROEMPRESÁRIOS

Edinilton Morais Arcanjo ¹
Carla Dornelles da Silva ²

RESUMO

Este artigo tem como propósito analisar as informações dos financiamentos solidários que constituem o Sistema de Informações de Economia Solidária (SIES). Os tipos usuais de negócios nessa classe são bancos locais, cooperativas de crédito e fundos rotativos. Cada um deles tem uma formação educacional e uma estrutura operacional diferentes. Esses negócios foram criados, em geral, para oferecer rotas e canais de crédito produtivo simplificados, que carreguem em consideração as qualidades desse tipo de associação socioeconômica e permitam alternativas válidas ao sistema de crédito oficial e de mercado. Dessa forma, as instituições que atuam com microcrédito são relevantes, ao simplificar os procedimentos de concessão de financiamentos, sem importar se o pequeno negócio é formal ou informal. Considerando esse contexto, analisou-se a relevância do microcrédito para o pequeno empreendedor joseense como instrumento de alavancagem empresarial e suas proposições no avanço socioeconômico.

Palavras-chave: Economia Solidária. Microcrédito. Microempresários

ABSTRACT

The purpose of this article is to analyze the information from the solidarity financiers that make up the Solidarity Economy Information System (SIES). The usual types of businesses in this class are local banks, credit unions, and revolving funds. Each of them has a different educational background and operational structure. These businesses were created, in general, to offer simplified productive credit routes and channels, which take into account the qualities of this type of socioeconomic association and allow valid alternatives to the official and market credit system. In this way, institutions that work with

¹ Bacharel em Administração Pública UFC, Pós-graduado em Contabilidade e Orçamento Público FAMESP

² Mestre em Educação Brasileira UFC; Especialista em Psicologia da Família numa Abordagem Sistêmica-UNIFOR, Psicopedagoga - ASSELVI/SC, Psicóloga - PUCRS, professore em IES de Graduação e Pós-graduação

microcredit are relevant, by simplifying the procedures for granting financing, regardless of whether the small business is formal or informal. Considering this context, the relevance of microcredit for the small entrepreneur in São Paulo as an instrument of business leverage and its propositions in socioeconomic advancement was analyzed.

KEYWORD: Solidarity economy. Microcredit. microentrepreneurs

1 INTRODUÇÃO

O tema sobre a economia solidária tem conquistado um lugar significativo no debate acadêmico e nos múltiplos contextos da sociedade, em opostas áreas do conhecimento em especial no campo das Ciências Sociais. Portanto, foi realizado um levantamento nacional das empresas coletivas para a consolidação do Sistema de informações sobre Economia Solidária (SIES), entre 2010 e o início de 2022 sob o comando da secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), adjunta ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Essa coleta de dados trouxe uma fonte com informações valiosas para investigadores, cientistas sociais e gestores públicos interessados no tema. A pesquisa de larga escala ficou conhecida como o segundo mapeamento nacional da economia solidária no Brasil, pois o primeiro foi efetuado entre 2005 e 2007. Essas informações contêm diversas faces da organização social, econômica e política dos Empreendimentos de Economia Solidária, bem como permite uma descrição geral dos envolvidos e das intenções para com trabalho coletivo (IPEA,2016).

O mapeamento do SIES lançou dados de procuradores de 19.708 EES, distribuídas em 2.713 municípios brasileiros, de todos os estados, localizadas nas áreas rural e urbana. NO mapeamento, os EES se coordenam sob diferentes planos de ocupação econômica e unem os vários setores econômicos, às vezes, com a formação de redes e cadeias produtivas, que os dotam de significativa heterogeneidade estrutural. A forma de organização dessas unidades, também, é variada e podem se mostrar como cooperativas, organizações, simples empresas comerciais ou, mesmo, como conjuntos informais, desde que continuem, para efeito de sua classificação como empreendimento

de economia solidária de fato, autogestão em resoluções administrativas e a propriedade comum dos meios de produção (Silva e Carneiro, 2016).

Assim sendo, este artigo tem como propósito analisar as informações de uma parte específica das instituições financeira solidárias: aquelas identificadas como sociedades financeiras sociais, ou seja, aqueles cuja reação ao questionário de mapeamento foi economia, empréstimo ou financiamento solidário, como resposta à pergunta sobre a principal ocupação econômica que desenvolviam. Estas iniciativas são empreendidas no sentido de sugerir sistemas alternativos de crédito para públicos residentes em áreas, normalmente, fora do sistema financeiro tradicional, como o ambiente urbano e as áreas rurais, tendo em conta a natureza da dinâmica regional em que operam. Os estilos usuais de empreendimentos nessa classe são bancos comunitários, cooperativas de crédito e fundos rotativos. Cada um tem uma experiência de aprendizado financeiro e uma organização operacional diferentes.

A finalidade aqui delineada nasceu do entendimento de que os dados observados mostram que as hipóteses de cooperação relacionadas à questão das finanças locais são inúmeras, indo desde planos, ainda, na esfera informal até aquelas com maior nível de formalização e regulamentação de suas práticas com seu público. Outro dado relevante é que o crédito consignado tem uma margem de risco menor que qualquer outro tipo de empréstimo e, dentre as opções de crédito disponíveis, o consignado é uma das mais baratas e convenientes, ao ser fácil de contratar.

As informações sobre o valor do empréstimo, juros e saldo da dívida são importantes para o consumidor aferir a execução do que foi avançado, e também controlar a capacidade de comprometimento do restante da renda, em relação aos valores e ao tempo de pagamento da dívida.

A metodologia utilizada será a revisão bibliográfica, visando pesquisas em sites como Scielo e Google acadêmico, analisando artigos recentes com dados pertinentes ao tema apresentado.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 ECONOMIA SOLIDÁRIA E AÇÃO RECÍPROCA: PRINCÍPIOS DE FUNDAMENTOS PENSAMENTO

A economia solidária como componente definidor de um acontecimento social específico, pode ser compreendido como um grupo de práticas sob diferentes formas organizacionais. Isso concede para a democratização da economia por meio da participação de conjuntos de pessoas. A economia solidária não percebe ou não consegue compreender que a racionalidade econômica deve ser sobreposta às considerações sobre pessoas, às preocupações sociais ou à abstenção delas. A segunda circunstância é favorável à ancoragem social de suas experiências: ao nascerem em setores populares com experiência associativa, comunitária ou classista, as lutas e mobilizações criam laços de confiança e competências para defenderem seus interesses. Nesse sentido Rêgo comenta que:

Os experimentos contêm ampla gama de finalidades e ambições, que vão desde uma Perspectiva de encontrar alternativas de trabalho por meio da autogestão, um acontecimento de construção de um modelo alternativo ou diferenciado de capitalismo, ou mesmo uma utopia experimental de novas maneiras de capitalismo. Convivência e vivência compartilhada de valores (RÊGO, 2014, p. 36).

Esses conjuntos são amplamente conhecidos no Brasil, tanto na literatura quanto entre as associações, como Empreendimentos de Economia Solidária EES, são a principal célula de representação na dinâmica econômica. De maneira geral, os principais diferenciais dessas iniciativas, são: a propriedade coletiva dos recursos de produção pelos próprios indivíduos que os aplicam para construir; gestão democrática com participação direta ou, no caso de empresas de grande porte, com representação; distribuição do lucro líquido entre as empresas coligadas por destinação do excedente anual de acordo com padrões acordados entre todos os sócios (SILVA E NAGEM, 2012).

Ampliando esta ideia, Sachs (2002) visa convocar meios para alcançar respostas econômicas, mas o caráter coletivo e os motivos diferenciados que os geraram vão além do pequeno empreendedorismo. Além disso, o acontecimento de que atores com origens, motivações e identidades diferentes coexistem entre si. Apresenta um obstáculo, o de

unir e vincular lógicas econômicas, sociais, culturais e políticas complexas em torno da identidade social e das obrigações compartilhadas (DEMOUSTIER, 2006).

Organizando-se de acordo com essas diretrizes essas empresas contêm várias maneiras de representação conjunta como organizações agrícolas e componentes agroindustriais pequenas fábricas, centro de reutilização de resíduos sólidos e agências que oferecem ampla gama de serviços e assim poderá trazer melhorias à sociedade, tanto na infraestrutura como, no particular para as pessoas, visando empregos, organizações, em questão da reutilização é um melhoramento para o meio ambiente, isso tudo visa uma qualidade de vida e vira um conjunto de emprego e sustentabilidade.

Conforme Gaiger (2001), as Agências são marcadas por duas lógicas distintas, empresarial e solidária. Em relação ao caráter comercial dessas iniciativas econômicas, pode-se dizer que enfrentam os mesmos obstáculos de uma microempresa mista. Pois, assim sendo, possuem estruturas produtivas e questões semelhantes, como padrões tecnológicos modestos, operações de baixa escala, falta de meios para modernização, ligações com grandes empresas e outros agentes econômicos.

Por fim, o caráter solidário é mencionado como o principal componente de diferenciação dessas empresas em relação ao capitalismo, que se baseiam na propriedade privada dos meios de produção e na organização assalariada do trabalho. Desta forma, a cooperação laboral, uma vez incorporada na prática quotidiana, pode proporcionar fatores adicionais de eficiência em benefício da empresa, entregando imediatamente para a sua vitalidade (op. cit., p. 197).

Além da personalidade coletiva e auto gestor da organização da ocupação produtiva, outro componente que, também, caracteriza é que os assalariados, ou pelo menos parte deles, mantenham ou tenham mantido relações sociais entre si, seja compartilhando outros meios de trabalho, por serem da mesma cidade-estado, família ou mesmo por pertencer a grupos étnicos comuns. Portanto, a razão econômica presente nestes empreendimentos a serem combinados com outros laços sociais que geram laços sociais embasados na ética, na confiança, na parceria em busca de resultados justos e igualitários, visando o crescimento econômico. Isto significa, por um lado, um envolvimento dos participantes nas questões relacionadas com o empreendimento e, por

outro, na relação com os problemas locais e comunitários em que estão envolvidos (Leite, 2009).

Cabe salientar, também, a função de uma série de entidades que dão suporte e assessoria à maioria dos investidores que atuam tanto no meio rural quanto no urbano. Sendo responsáveis por incrementar esses experimentos nos últimos anos, por conseguinte, são estruturados ou organizados pelas igrejas, sociedades não governamentais (ONGs), universidades, movimentos sociais, centro sindical, fóruns, nacionais e estaduais, entre outras instituições. Algumas organizações desempenham um papel decisivo em determinados períodos ou setores da economia. Enquanto outros continuam sendo um ponto de citação significativa para as realidades atuais de uma economia unificada no país, incluindo o engajamento com sócios de órgãos estaduais e municipais em políticas públicas específicas para apoiar organizações (SILVA E CARNEIRO, 2016).

A multiplicidade de empresas presentes no cosmo da economia solidária no Brasil torna complexo tentar uma descrição geral. Nesse sentido, esta variedade organizacional, também, pode ser utilizada como vetor para promover a intercooperação entre experiências, partilhando experiências e especialidades beneficiadas para o seu funcionamento cotidiano. Assim, a formação de redes é referendada como um importante canal para romper a isolação e a marginalização enfrentadas por essas empresas em suas dinâmicas setoriais específicas, mitigando debilidades e fortalecendo as utilidades comparativas que caracterizam os atores envolvidos (Rêgo, 2014).

Estas interseções acontecem não apenas do lado da produção, mas, também, do lado do consumo, por exemplo, conjuntos solidários de consumidores para o comércio justo e outra área que vem ganhando visibilidade no Brasil, diz respeito ao financiamento solidário. Estas iniciativas visam o apoio financeiro a diversas práticas produtivas no campo da economia popular, com o objetivo de fornecer meios iniciais para o seu funcionamento.

Como, também, para que as empresas em funcionamento disponham do crédito para a realização dos investimentos essenciais para o desenvolvimento, implementação com a finalidade de continuar ou aprimorar suas companhias. Assim, muitos grupos se

articulam em diversas configurações organizacionais para evoluir sistemas alternativos de financiamento que respondam às necessidades e particularidades locais.

Conseqüentemente, mecanismos informais de serviços financeiros passam a funcionar nessas áreas, que revelam as necessidades das famílias e captam enormes volumes de meios que podem alimentar dinâmicas de exploração local que favoreçam um número significativo de famílias. O próximo capítulo abordará essa questão ampla e diretamente.

2.2 SISTEMA MONETÁRIO E EXCEÇÃO SOCIAL E TERRITORIAL

O sistema financeiro é um setor da economia que depende diretamente do problema da assimetria de informação entre tomador e credor em suas manobras. A assimetria de informação é aquilo que ocorre quando uma das partes tem mais dados sobre um produto ou serviço do que a outra. A assimetria de dados pode causar problemas no mercado e, conseqüentemente, os negócios serem cancelados. Nessa circunstância, os agentes procuram instrumentos que reduzam os resultados dessa dificuldade, incluindo a exigência de garantias reais e de contraparte, de conformidade com uma série de estatísticas sobre as qualidades de cada devedor, para de fato efetivar uma operação de empréstimo. Por outro lado, a assimetria de dados reproduz dois estilos de questões: escolha adversa e perigo moral. Este tipo de procedimento tem um alto preço que o agente inclui no custo faturado pelo seu trabalho, ou seja, rendimentos e custos administrativos (JUNQUEIRA E ABRAMOVAY, 2005).

Portanto, dado este regime de funcionamento, os mecanismos de transmissão de crédito atuam de forma oposta e seletiva no território nacional, em termos de situação e oposta de taxa de juro, provocando resultados assimétricos e heterogêneos na economia real em opostos recortes territoriais. Assim, ao mesmo tempo em que protege o agente financeiro de potenciais perdas ou prejuízos em sua ocupação diária, aguenta a proibir um segmento da população que não possui bens ou não atende aos pré-requisitos

estabelecidos para o acesso a determinada linha de crédito. Assim, este segmento da população encontra-se numa condição de isolamento financeiro, ou seja, de falta de acesso aos canais tradicionais de crédito na economia (SILVA,2017).

Porém, como a necessidade de crédito é algo que sempre emerge diante de diversos imperativos conjunturais, seja pela instabilidade dos fluxos de renda familiar de indivíduos em condição de vulnerabilidade social ou por emergências que exigem despesas inesperadas, essas famílias acabam procurando outras alternativas maneiras de ter acesso meios de terceiros para atender a essas motivações. E outros formatos podem acontecer de diversas formas, características de redes complexas de serviços financeiros que formam mercados financeiros secundários voltados para o atendimento das necessidades de liquidez dessas famílias .

Devido a essas facetas do setor, a questão da dinâmica financeira em territórios com alta incidência de vulnerabilidade social é um tema proeminente para o debate sobre programas de exploração e está diretamente ligado ao entendimento de como as pessoas consomem suas resoluções financeiras e quais são as condições sociais e fatores econômicos. O acesso a meios financeiros é componente necessário tanto para viabilizar projetos de exploração local quanto para assegurar a procriação social familiar. Mesmo quando se trata de famílias em condição de pobreza, a necessidade de crédito, bem como a utilização de equipamentos financeiros é uma realidade virtualmente constante.

2.3 ABORDAGEM DE FINANCIAMENTO SOLIDÁRIO OU QUASE FINANCIAMENTO

O setor financeiro é responsável por um sistema dinâmico, social e territorialmente único. Nesse caso, isso transmite parte significativa da sociedade residente em alcances urbanos e rurais periféricos, a procurar outros meios de crédito para suprir as motivações do dia a dia, sendo muitos informais e economicamente prejudiciais à sustentabilidade financeira dessas famílias.

A ligação entre a proximidade territorial e a vida financeira familiar não implica inevitavelmente uma situação de monopólio do cliente e de subordinação ao poder econômico. Ao contrário, pode ser usada como um bem intangível e uma impulsão para

novas dinâmicas coletivas, a serem acionadas em uma realidade local específica. Segundo Abramovay (2004, pp. 22-25),

o círculo social no qual esses equipamentos financeiros informais são guiados está confinado a domínios circunscritos que “envolvem relevâncias nas quais o conhecimento recíproco e o compartilhamento de um cosmo moral comparativamente usual autorizam o verossímil. Expectativa de recebimento de meios para pagamento”. Dessa maneira, a vida econômica da família deve ser vista na perspectiva de suas relações sociais: “Toda ação expressa uma relação que pode ter igualdade, subordinação, hierarquia, cooperação, desenvolvimento”. Portanto, a ação econômica dessas famílias em geral, e financeira em particular, “só pode ser compreendida a partir de sua introdução nos círculos sociais que lhe dão capacidade e significado” .

Sob esse ponto de vista, muitas comunidades com o apoio de diversos sujeitos da sociedade civil, estão defendendo soluções alternativas para atender às necessidades locais de financiamento e crédito de sua reprodução social. Priorizando, assim, empreendimentos produtores de trabalho e renda, estes mecanismos são formulados no quadro dos princípios gerais de uma economia unificada. Autogestão e conexão são componentes fundamentais na formação de um projeto o que também reduz os gastos de negociação. Podem adotar diferentes formas de organização, com maior ou menor formalização, com raízes regionais. Em geral, esses programas são conhecidos como EFS (Entidades Fiscalizadoras Superiores), no campo da economia solidária, sendo, conseqüentemente, um componente do universo da economia solidária no Brasil (SILVA E CARNEIRO,2016).

A ação econômica promovida pelo EFS é baseada em princípios multidimensionais. Sendo este o resultado de uma combinação de princípios econômico-comerciais, não comerciais, financeiros e não financeiros (França Filho, 2008). Considerando esse conceito, os experimentos de finanças solidárias definem suas atividades a partir dos seguintes pressupostos: não são lucrativos; 1) que a finalidade econômica da iniciativa está subordinada à finalidade social; 2) dependência de relacionamentos íntimos; 3) Procurar o controle social ou democrático do dinheiro afirmando-se como uma iniciativa economicamente democrática. No entanto, seus programas não podem ser interpretados com base em metodologias fechadas. Pelo contrário, organiza-se em função das necessidades do contexto regional e, por isso, está

sujeito à necessidade de evoluir face às alterações do contexto local, bem como da realidade económica geral e das parcerias que se estabelecem.

Na ocorrência do Brasil, as dinâmicas relacionadas à constituição e exploração de negócios sob o paradigma da Solidariedade Financeira são bem diferentes quando se trata de mobilização social e processos operacionais. Para compreendê-lo, é correto especificar suas particularidades em relação aos tradicionais projetos de microcrédito produtivo. Mesmo que esses projetos sejam relevantes, eles geralmente não alcançam um alto índice de êxito em sua execução, ignorando muitas outras necessidades do público-alvo, que estão completamente relacionadas ao ambiente de reprodução social - além do reconhecimento em que participam (SILVA,2017).

Conforme Silva, (2017) é nessa intenção que a ideia do produtivo para o paradigma das finanças solidárias vai além de investir em uma empresa geradora de bens e serviços para vender no mercado. Também, contém as necessidades financeiros costumeiros ou urgentes que muitas famílias devem atender devido à volatilidade de seus fluxos de renda, que geralmente são caracterizados por relevâncias comerciais informais e voláteis, mantendo a ênfase no desenvolvimento de práticas económicas que possam trazer exploração para as comunidades a abordagem das finanças solidárias pretende que o crédito seja compreendido como um direito algo ao qual todos possam ter entrada, em diversas condições de perigo ou acaso social.

Assim, refletir sobre um sistema territorialidade de finanças de crédito com valores menores e taxas de juros subsidiadas para aliviar o acesso da parcela da população de baixa renda que faz negócios, mas em progredir sistemas alternativos e adequados para responderem à reprodução aumentada da vida desses indivíduos na comunidade pois suas demandas sociais estão diretamente ligadas às condições territoriais de sua forma de vida e são compartilhadas pelos grupos que vivem nessas mesmas situações. Como afirma Mesquita (2003, p. 14),

A discussão sobre o microcrédito na economia solidária ampliou a compreensão de microfinanças para uma visão mais sócio territorial das finanças solidárias, que estabelecem maneira de democratização do sistema financeiro ao buscar adaptar os produtos financeiros às necessidades fundamentais da sociedade e da comunidade população fortalecer o trabalho social guardado em cada território, dando prioridade aos excluídos da banca tradicional, estabelecendo

assim um elo de integração e apoio para uma ligação mais permanente entre a economia e a sociedade.

O elo usual entre os diferentes testes existentes neste campo de organização associativa habita na verdade de se constituir em regimes de reciprocidade e entreajuda, o que favorece o reforço de laços comunitários estreitos. Seu fundamental propósito é garantir o acesso aos serviços financeiros de maneira democrática e adequada, priorizando os excluídos do sistema bancário e fortificando o trabalho humano e o capital social. Nessa intenção, podemos dizer que as EFS são administrações que evoluem serviços financeiros em uma rede associativa e comunitária. Portanto, as ações que promovem não visam angariar clientes locais, mas sim articular habitantes, institutos locais e mercadores (NESOL, 2013).

Para além destes fatores, o território, enquanto classe de análise, é um componente imprescindível do debate sobre o papel das EFS num programa coletivo de evolução, uma vez que implica a construção intrincada de novos meios institucionais e o reforço das interdependências entre sectores económicos e demandas sociais. Para Mesquita (2003, p. 23), o território estabelece um lugar económico opostos porque envolve em seus âmbitos "opostos estilos de ambientes produtivos, especificidades dos setores produtivos, maneiras diferenciadas de integração horizontal e vertical", o que torna a Economia e as finanças devem ser compreendida como "procedimentos socioespaciais".

Para Junqueira e Abramovay (2005), a representação da cooperativa em estipulado território concede o estabelecimento de sistemas formais de crédito solidário imersos na realidade local. Esta intimidade afetiva e moral entre este agente que concede o crédito e o requerente do crédito tem duas ocupações: i) autorizar ao mutuante conhecer melhor as especificidades da atividade profissional do seu consumidor; e ii) obter dados às quais não possui entrada em uma ligação estritamente profissional, dispondo até obtê-las indiretamente, por meio de redes sociais.

3 METODOLOGIA

Este estudo foi por meio de revisão bibliográfica, com artigos e autores estudiosos sobre o tema como: SILVA (2016); NELSOL (2013) E ABRAMOVAY(2004), se baseando para a exclusão de artigos com menos de 10 anos. No que tange à pesquisa bibliográfica, para Gil (2002):

Ela é desenvolvida com princípios em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos”, o que proporciona a rápida obtenção das informações, que objetivam proporcionar conhecimentos científicos e técnicos. A principal vantagem da pesquisa bibliográfica é que permite o acesso direto e amplo às informações. (GIL 2002, p.44).

Quanto à forma de abordar o problema, trata de uma pesquisa com caráter exploratório, predominantemente descritiva, que busca explicar o porquê das coisas. A pesquisa descritiva foi o esquema selecionado para o desenvolvimento deste trabalho, conforme Gil (2002, p.45), a pesquisa exploratória visa promover uma melhor ligação com a dificuldade, a fim de aliviar a elevação de possibilidades ou torná-lo mais visível. O esquema aplicado, prevendo a natureza deste estudo, é também uma bibliografia. Após selecionar o assunto, definir a primeira elevação bibliográfica, foi elaborado um projeto preliminar do tema.

A pesquisa teve como objetivo fornecer uma observação sobre o problema possuindo como esquema fundamental a pesquisa bibliográfica. Esse plano pressuposto foi o ato de partida da concepção de pesquisa, que obteve a aparência definitiva a partir das mudanças infiltradas pelo aperfeiçoamento do dado e a consequente maturação das percepções e propósitos em meio da pesquisa.

A descrição qualitativa procura entender a manifestação da ocorrência e sua substância. Gil, (2002), também, buscou esclarecer as origens, relevâncias e alterações e instintivamente tentar entender o significado. Pesquisa bibliográfica como a coleta, escolha e documento de bibliografia escrita sobre o assunto e proporciona ao investigador interagir com esses utensílios e aprofundar seus saberes sobre o tema.

As partes lidas do objeto bibliográfico dispuseram como objetivo revisar as ações de interesse do trabalho. Com base nisso, procedeu-se ao dado detalhado do texto selecionado, tendo em vistas identificar ideias-chave, classificá-las e sintetizá-las. Ao

final, com formato complexo, as leituras foram interpretadas, sendo associadas entre si e com a questão que foi proposta pela pesquisa, estabelecendo o raciocínio e os argumentos a partir de dados observados.

Assim, o método que foi aplicado à pesquisa bibliográfica, através da leitura do material escolhido, foi iniciado com a organização lógica sobre o tema, fazendo com que a redação textual fosse tratada de forma gradual e equilibrada, passando em seguida ao formato estruturado solidificado do texto, a partir do aprofundamento das modificações de alguns paradigmas, análises, e, especialmente, do maior conhecimento inerente ao tema.

Os materiais da pesquisa foram: 3 artigos do portal do Google Acadêmico, 2 do Scielo e 1 do Capes dessa temática no período de 2022. A pesquisa tem cunho de revisão bibliográfica, que diz respeito a um estudo estruturado desenvolvido com base em material divulgado em artigos, do portal do Google Acadêmico.

Foi efetuado uma elevação por meio dos fundamentos teóricos e partiu-se para a obtenção de dados relevantes para a realização deste trabalho, pois, buscou-se origens primordiais para que dispusessem serem obtidos dados essenciais para estudar as fundamentais qualidades do assunto.

Os padrões para os trabalhos classificados na elevação bibliográfica foram textos integrais, em português e inglês, com livre entrada aos referidos princípios de informações. Os padrões de exceção foram temas que não atendem às finalidades do trabalho.

Tabela 1: Análise de títulos e autores

AUTORES	TEMA	OBJETIVO	RESULTADOS
ABRAMOVAY, Ricardo, 2004	Laços financeiros na luta contra a pobreza	o trabalho - "Crescimento e desigualdade na América Latina: rompendo com a história?" sugere que, além de amortecer o ritmo	A primeira delas refere-se a poder - e, sinal dos tempos, para explicá-la o trabalho do Banco Mundial recorre não só a célebres economistas, mas a alguns dos mais importantes sociólogos

		<p>da redução da pobreza, a desigualdade é um freio ao próprio processo de crescimento econômico. E existem duas razões básicas para isso.</p>	<p>contemporâneos, como Charles Tilly e Pierre Bourdieu: em países muito desiguais, as elites escolhem estratégias que dificilmente ampliam o acesso das grandes massas aos ativos dos quais depende a geração de renda. A deterioração do ensino público de primeiro e segundo grau em vários países da América Latina é um claro exemplo disso. A segunda razão que faz da desigualdade um obstáculo ao crescimento é a falta de acesso a serviços financeiros: basicamente, créditos, seguros e poupança. Em sua luta pela sobrevivência, os mais pobres procuram, o tempo todo, utilizar esses serviços.</p>
NESOL,2013	Núcleo de apoio às atividades de cultura e extensão	Tem como objetivo mostrar como alcançados pelo Banco	Os resultados que esse livro vai apresentar seriam muito

	em economia solidária	Palmas no Conjunto Palmeira e nas 12 comunidades de entorno onde desenvolvemos nossas ações	difíceis de serem alcançados sem as inúmeras parcerias que fizemos com instituições financeiras, universidades, empresas, poder público, cooperantes internacionais e intelectuais.
SILVA, Sandro P.; CARNEIRO, Leandro M, 2016	SILVA, Sandro P.; CARNEIRO, Leandro M. Os novos dados do mapeamento de economia solidária no Brasil: nota metodológica e análise das dimensões socioestruturais dos empreendimentos. Brasília: Ipea, 2016. Relatório de Pesquisa.	O objetivo aqui traçado é fazer uma análise e problematização dos números gerais desse novo banco de dados. Serão apresentadas e tratadas, ao longo deste trabalho, informações sobre a quantidade de empreendimentos mapeados e sua distribuição regional, a	Para fins deste trabalho, buscou-se elaborar as análises e problematizações a partir de tabulações e cruzamentos estatísticos descritivos específicos entre as principais variáveis do banco de dados, sem se ater a verificar efeitos ou relações causais entre elas.

		<p>organização social e suas principais características, aspectos econômicos e gerenciais, além da relação dos empreendimentos com outras formas de mobilização social no país.</p>	
--	--	---	--

Os resultados foram conforme o esperado, foi selecionado alguns artigos e escolhidos 3 que conseqüentemente traz vários resultados que agrupam ao assunto pesquisado visto que os resultados vindo dos artigos foram de ótima qualidade, o primeiro traz que A deterioração do ensino público de primeiro e segundo grau em vários países da América Latina é um claro exemplo disso. A segunda razão que faz da desigualdade um obstáculo ao crescimento é a falta de acesso a serviços financeiros: basicamente, créditos, seguros e poupança. Em sua luta pela sobrevivência, os mais pobres procuram, o tempo todo, utilizar esses serviços. O segundo fala sobre as inúmeras parcerias que fizemos com instituições financeiras, universidades, empresas, poder público, cooperantes internacionais e intelectuais. O terceiro traz sobre as análises e problematizações a partir de tabulações e cruzamentos estatísticos descritivos específicos entre as principais variáveis do banco de dados, sem se ater a verificar efeitos ou relações causais entre elas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em recente pesquisa do Sistema de Informação da Economia Solidária (SIES) abriu outras possibilidades de análise da realidade em torno da economia solidária no Brasil e levantou diversas informações sobre as diferentes formas de organização social dos trabalhadores e lideranças populares na criação e manutenção de iniciativas conjuntas para gerar renda, trabalho e renda.

Neste artigo discutiu-se sobre as qualidades gerais de um setor específico da economia solidária, no qual assalariados e entidades de auxílio atuam para viabilizar experiências de financiamento solidário a partir de diferentes formas de organização. O número de empresas pesquisadas pelo SIES pode ser considerado uma amostra pertinente, embora não probabilística, para os fins indicados, outorgada a variedade organizacional e regional que essa base de informações simboliza.

No caso das características assistidas dos três principais modelos organizacionais reconhecidos para empreendimentos de finanças solidárias EFS no Brasil, os capitais rotativos solidários representam uma experiência frágil institucionalmente. Assim, incorpora um procedimento simplificado de criação e administração e visando as motivações urgentes de grupos específicos de pessoas. No entanto, compreendem um caráter pedagógico fundamental para a prática da solidariedade e autogestão, e para o senso de grupo do público relacionado.

Dessa forma, tal como acontece com todos os setores da economia solidária, entre os empreendimentos de finanças solidárias (EFS) também existem diversos exemplos de ações bem-sucedidas e fatores estruturais de instabilidade. É crucial criar espaços de colaboração em larga escala para as experiências sociais poderem ser aproveitadas ao máximo, proporcionando mais hipóteses para diversas comunidades e famílias.

O trabalho de pesquisadores e organizações de apoio pode, simultaneamente, ajudar na identificação de padrões de dificuldades e fatores que impedem a atuação e a viabilidade de determinadas formas organizacionais, para propor soluções viáveis para serem enfrentadas. Tecnologia social precisa ser flexível para replicar em diferentes contextos econômicos, valorizando o trabalho coletivo como eventualidade real de administração para a classe trabalhadora no Brasil.

As facilidades na contratação tornaram o empréstimo consignado popular e permitiram que a população tivesse acesso fácil ao crédito. O empréstimo é debitado do benefício do contratante, com facilidade na contratação e taxas de juros menores que as modalidades tradicionais de crédito.

O estudo mostrou que os microempreendedores encontram no microcrédito uma opção interessante, uma vez que as taxas de juros desse tipo de empréstimo são bem mais baixas do que as das instituições financeiras tradicionais, o que, com certeza, compromete os recursos da microempresa.

Contudo, o microcrédito é uma forma de financiar o empreendimento, sobretudo para aqueles que não têm outra fonte de renda, uma vez que esse tipo de empréstimo. É seguro e orientado, conforme a capacidade financeira do empreendedor e da companhia.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Laços financeiros na luta contra a pobreza**. São Paulo: Anablume, 2004.

DEMOUSTIER, Daniele. **A economia social e solidária**. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

FRANÇA FILHO, Genauto. **A via sustentável-solidária no desenvolvimento local**. Revista Organizações e Sociedade, v. 15, n. 45, 2008.

GAIGER, Luís. **Virtudes do trabalho nos empreendimentos econômicos solidários**. Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo, n. 13, 2001.

JUNQUEIRA, Rodrigo; ABRAMOVAY, Ricardo. **A sustentabilidade das microfinanças solidárias**. Revista de Administração da USP, v. 40, n. 1, 2005.

IPEA. **Economia solidária e finanças de proximidade: realidade social e principais características dos empreendimentos de finanças solidárias no Brasil.**2016. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7423/1/td_2270.PDF. Acesso em: 21/03/2023

LEITE, Marcia. **A economia solidária e o trabalho associativo.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 24, n. 69, 2009.

MESQUITA, Angela. **Expansão do setor de microfinanças no Brasil.** Rio de Janeiro: Ibam, 2003.

NESOL – **Núcleo de apoio às atividades de cultura e extensão em economia solidária.** Banco Palmas: 15 anos. São Paulo: Verão, 2013.

RÊGO, Diogo. **A natureza da comercialização na economia solidária: a contribuição dos grupos de consumo responsável.** 2014. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

SILVA, Sandro P.; CARNEIRO, Leandro M. **Os novos dados do mapeamento de economia solidária no Brasil: nota metodológica e análise das dimensões socioestruturais dos empreendimentos.** Brasília: Ipea, 2016. Relatório de Pesquisa.

SILVA, Sandro P.; NAGEM, Fernanda A. **Dimensões estruturais dos empreendimentos de economia solidária: uma análise para os estados da Bahia e Paraná.** Revista de Economia do Nordeste, v. 43, n. 2, 2012.